

Catarina Sarmento e Castro

Ministra da Justiça

Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião da Cerimónia de Assinatura de Protocolo para a instalação do Pólo Norte do CEJ, em Vila do Conde – Convento do Carmo.

Vila do Conde, 3 de novembro de 2023

Por ocasião da tomada de posse do Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários, comprometi-me a dar a voz que faltava a uma necessidade há muito murmurada: o “desdobramento” do Centro de Estudos Judiciários em mais um polo regional, a Norte.

Pouco mais de um ano depois, aqui estamos, a celebrar mais uma promessa cumprida.

E uma promessa cumprida da maior relevância.

Porque não nos bastava – nem nunca bastou – estarmos conscientes do desafio do recrutamento que ao longo dos anos se intensificou; como não nos bastava – nem nunca bastou – afirmar a nossa determinação em dotar as Magistraturas Judicial e do Ministério Público de mais meios humanos.

Sendo ambas verdadeiras – a consciência do desafio e a determinação para o ultrapassar – e vindas ambas, paulatinamente, a materializar-se, exigiam, agora, uma nova resposta, que lhes ampliasse o efeito e a expressão.

- Com efeito, depois das vagas criadas entre 2016 e 2023: 417 para a Magistratura Judicial, 267 para a Magistratura dos TAF e 581 para a Magistratura do MP;
- Depois das 135 vagas abertas em 2023, no Centro de Estudos Judiciários – o número máximo e adequado às instalações do Centro em Lisboa, só igualável em 2018 e 2019, e que queremos repetir;
- Era necessário avançar com as necessárias alterações à Lei do Centro de Estudos Judiciários, de modo a permitir que a formação inicial tivesse lugar fora de Lisboa. E é o que já estamos a fazer.

Por uma boa razão, de todos conhecida: do estudo efetuado pelo próprio Centro de Estudos Judiciários resultava que a origem geográfica da maioria dos candidatos era e continua a ser o Norte do país, e, por isso, é estrategicamente fundamental estender ao Norte – também de acordo com critérios de coesão territorial – a possibilidade de acolher um polo onde se ministrasse aquela formação.

E agora aqui estamos, em Vila do Conde, a dar mais um passo em direção à concretização desse desiderato. Um passo que damos em parceria e com a inestimável colaboração do Município de Vila do Conde, para, em conjunto, trabalharmos com vista à elaboração do projeto que cuidará das necessárias adaptações a este espaço do Convento do Carmo.

Mas não podíamos ficar – nem ficaremos – por aqui, e era necessário acautelar os passos seguintes.

Por isso, com a recente aprovação do Plano Plurianual de Investimentos na área da justiça 2023-2027 – que autoriza um investimento de 200 M€ no edificado da Justiça – , quisemos garantir que, além dos tribunais (abrangendo todas as Comarcas do país), além dos vários estabelecimentos prisionais e de todos os centros educativos, além das instalações da Polícia Judiciária e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, e além da instalação do Tribunal Central Administrativo Centro, em Castelo Branco, também a instalação do Polo do Centro de Estudos Judiciários, em Vila do Conde, era assegurada – o que sucedeu.

Serão cerca de 1 M€, para investir nas necessárias intervenções de requalificação e de adaptação dos espaços às necessidades formativas do CEJ, e para capacitar o CEJ para receber os candidatos que, de outra forma, se veriam obrigados a abdicar da carreira que, verdadeiramente, lhes estava destinada, e à qual, sabemos-lo bem, tanta falta fazem.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O Centro de Estudos Judiciários vai estender ao Norte o seu prestígio enquanto Escola de formação jurídica e judiciária de Magistrados. Com isso, reforçará o seu estatuto de espaço de referência onde se sedimentam os alicerces do sistema de justiça, mas também a credibilidade que merecidamente já inspira, e o contributo fundamental que sempre deu e dá para a confiança nos tribunais e na Justiça.

O Ministério da Justiça, continuará a dar resposta às necessidades – temo-lo feito e assim continuaremos a fazer.

Penso, por exemplo, na prevenção e no combate à corrupção, que são prioridades do XXII Governo Constitucional e por isso, naturalmente, também da Ministra da Justiça.

Apesar de Portugal comparar bem no tempo de resposta no tratamento de casos de corrupção – de acordo com a Comissão Europeia, estamos abaixo da média europeia no tempo de tratamento de casos de corrupção – 400 dias, em Portugal, contra os 443 na União Europeia –, abaixo, por exemplo, dos Países Baixos e França, o Governo definiu no seu Programa o combate à corrupção como uma prioridade.

E, na Lei de Política Criminal para o período 2023-2025, a corrupção é considerada um crime de prevenção e de investigação prioritária.

Além disso, continuamos a implementar a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, no âmbito da qual criámos o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), que em menos de um ano instalámos e dotámos de verbas: são 2.1M€ + ~ 1M€ do PRR para monitorização da ENCC.

Reforçámos a Polícia Judiciária nos seus recursos humanos e tecnológicos, e, entre 2015 e 2024, garantimos em mais do dobro (+105%) as verbas afetas ao combate à corrupção: se, em 2015, a verba alocada para esse efeito era de 10.8M€, ela é, para 2024, de 22.2M.

E esse reforço de meios é reconhecido, tanto pelo Diretor da UNCC, que refere um aumento de cerca de 40% do apoio e do suporte pericial, quanto pelo Diretor Nacional da Polícia Judiciária, que muito recentemente declarou, e cito: “Nunca a PJ teve tantos meios como agora. São elementos que vão ficar durante vários anos”.

Neste contexto, o reforço dos meios humanos, também do Ministério Público, reveste-se de ainda maior importância – e é para esse reforço que o novo polo do Centro de Estudos Judiciários, aqui, em Vila do Conde, contribuirá.

Minhas Senhoras e meus Senhores, estamos determinados.

A todas e a todos quantos nos acompanham nesta determinação – que estuda, planeia e concretiza –, o meu muito obrigada.